

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

**ACTA**

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. **EDUCAÇÃO – CARTA EDUCATIVA**

. Proposta

Ponto 4. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

. Bairro Pré-Fabricado

. Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada - 4.ª Fase

- Adjudicação

Ponto 5. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

. Protocolo - ETAR de Figueiró do Campo

- Município de Soure e a Águas do Mondego, S.A.

Ponto 6. **PROTECÇÃO CIVIL**

. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI

***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

**Ponto 7. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**

- . ADUTORA /DISTRIBUIDORA - PAINÇA/FIGUEIRÓ DE CAMPO
- . Homologação do Auto de Recepção Definitiva

**Ponto 8. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**

- . CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E DAS ÁGUAS RESIDUAIS
- . Sistemas Público e Privado
- . Consulta Prévia

**Ponto 9. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006**

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 12.ª/12.ª -

**Ponto 10. APRECIÇÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E  
DO ORÇAMENTO, PARA O ANO DE 2007**

Ponto 11. Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

### **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

Não se verificaram quaisquer intervenções.

### **Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências**

#### **2.1. Licenciamento de Obras Particulares**

**Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje.**

-----

### **Ponto 3. EDUCAÇÃO – CARTA EDUCATIVA**

#### **. Proposta**

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno procedeu à apresentação da proposta da Carta Educativa do Concelho de Soure, em suporte informático, com o apoio das Técnicas afectas ao Gabinete Municipal de Acção Social.

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “em relação ao que nos foi mostrado da Carta Educativa do Concelho de Soure, gostaria de dar a minha opinião e a da força política que represento.

Finalmente, o Município de Soure tem a sua Carta Educativa, ao que sei, porque tive o privilégio de a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno me ter apresentado o esboço da Carta Educativa há uns meses, é uma Carta Educativa que nos traz grande orgulho; pensamos que é um documento, estratégico, de grande qualidade, que nos permite leituras riquíssimas e um grande conhecimento sobre o assunto que ela versa.

É um documento com rigor, com qualidade e, acima de tudo, gostava de referir o seguinte: contrariamente ao caminho que muitas Câmaras traçaram, talvez o mais fácil, que é encomendar uma Carta Educativa, documento que deve mostrar e caracterizar a realidade de um Concelho e apontar caminhos para um futuro, a nossa Carta Educativa foi elaborada, sobre a responsabilidade da Senhora Vereadora, a quem gostaria de dar os parabéns muito sinceros por todo este trabalho, por todas estas horas que teve, por toda a capacidade, mas também por toda uma equipa, do Gabinete de Acção Social. Vem demonstrar, mais uma vez, que a Câmara Municipal de Soure, provavelmente ao contrário do que

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

alguns pensam sobre os trabalhadores da Autarquia, tem Recursos Humanos de grande valor, de grande qualidade, de grande empenho, que tornaram possível um documento desta qualidade.

Apesar dos considerandos que fiz, e são muito sinceros, gostava de realçar uma questão: a expressão “Centro Escolar” é muito referida em todo este documento e no PPI e Orçamento que iremos aprovar: adequa-se a palavra “Construção do Centro Escolar de Degracias/Pombalinho”... em Samuel, já se fala em “Ampliação”... Vila Nova de Anços, fala-se em “Reabilitação”... coloco uma questão que é uma dúvida real, falamos só de Centro Escolar?

O que sei sobre Centro Escolar é, não uma soma de salas, mas uma soma de valências diferenciadas e sendo assim, como não tenho conhecimento de nenhum Centro Escolar em Samuel, aplicarmos a palavra “Ampliação” dá ideia que existe esta soma de várias valências e, portanto, estamos a ampliar porque vai receber mais alunos ou até nova valência; se existe algum conceito de Centro Escolar emanado pelo Ministério da Educação, e quando falamos em “Reabilitação”, a ideia que dá é de algo que existe e, efectivamente, vai ser melhorado. Esta é a minha única dúvida, mas penso que é uma dúvida que todos nós teremos e que tem que ser esclarecida porque a construção de um Centro Escolar é de apoiar, de acolher, de saudar porque são equipamentos de grande potencialidade, com muitas valências para os nossos alunos, na melhoria da qualidade do ensino de actos de cidadania e de formarmos jovens mais capazes para o futuro.”

O Senhor Presidente referiu que: “esta questão foi levantada ontem no Conselho Municipal de Educação... é uma questão pertinente e que “persiste” naqueles que mais directamente acompanharam a elaboração desta proposta, portanto, permitir-me-ia avançar com uma tentativa de esclarecimento desta nomenclatura de “Centro Escolar”... tudo aponta para que, no próximo Quadro Comunitário de Apoio, este tipo de intenções de desenvolvimento de investimento venham a ter o nome de Centro Escolar e o que lhe estará associado é um equipamento que tanto poderá dar uma resposta no Pré-escolar cumulativa com uma resposta no 1.º CEB, como poderá dar uma resposta apenas referente a um desses patamares; agora, a ideia que lhe está subjacente, independentemente dos patamares de resposta é de que para além de actividades lectivas, haverá espaços adequados para aquilo que já se denomina por Enriquecimento Curricular, Expressão Físico-Motora, Sistema de Apoio à

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

Família... Devemos pensar de forma saudavelmente ambiciosa, mas, existe escassez de recursos e não se conhece ainda qual será o universo de candidaturas a aprovar; assim, importa acautelar a possibilidade de candidatarmos tudo aquilo que são as nossas prioridades, adequar a terminologia a essa possibilidade, sendo que é evidente que casos há que poderão ter uma solução assente num equipamento novo, outros numa ampliação ou numa reabilitação profunda...”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “dar os parabéns à equipa que elaborou a Carta Educativa porquanto fez um trabalho exaustivo na recolha de dados.

É verdade que há muito que reclamamos uma Carta Educativa, podemos estar de acordo com todo o seu conteúdo ou não, mas era importante que existisse porquanto um documento estratégico é sempre um elemento de trabalho fundamental para que se possa, no futuro, perceber melhor como é que se pode intervir.

Não obstante estas questões, evidentemente que, e como o Senhor Presidente disse, sendo esta uma Carta Educativa, um documento dinâmico, a qualquer momento pode ser melhorado ou reavaliado, aliás, o artigo 30.º do Decreto-lei n.º 7/2003, diz exactamente isso, que a Câmara Municipal pode ter a iniciativa de, não obstante obrigatoriamente de 5 em 5 anos ter de ser feita a revisão, podê-lo fazer a qualquer momento e entendemos que existem alguns aspectos que têm de ser melhorados. A nossa intervenção é uma intervenção positiva no sentido de apontar algumas coisas que entendemos que podem ser melhoradas e o que é que pode ser melhorado? No nosso entender, acho que a análise perspectiva pode ser melhorada, estamos a falar de um documento de planeamento estratégico de médio/longo prazo e, portanto, temos que ter essa visão, logo a análise perspectiva tem que ser aprofundada, por exemplo: referem-se análises sobre projecções de população no Concelho e nas Freguesias até 2021; há um quadro que fala sobre a evolução perspectiva, estou a falar do 1.º Ciclo e do Ensino Secundário, até 2011. Era bom que estes quadros também fossem feitos por Freguesia porque ao construir-se Centros Escolares, obrigatoriamente vão ter que ser definidas áreas de influência para se perceber de onde e para onde vão os alunos. Se percebermos qual é a evolução da população escolar, mais facilmente podemos fazer esse tipo de trabalho e, por conseguinte, esta questão da avaliação perspectiva é fundamental que seja aprofundada para que no futuro tenhamos uma visão mais clara do que irá acontecer.

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

Nesta questão, não obstante esta situação, era importante que, por exemplo, fosse integrado na Carta Educativa, uma monitorização que permitisse acompanhar o seu desenvolvimento, quem são as pessoas que irão fazer essa monitorização, quais são os passos, que instrumentos irão utilizar para aquilatar o seu grau de execução e da forma como está a ser executado.

Há duas ou três lacunas, evidentemente que alguma da terminologia está ultrapassada mas isso é fruto das alterações que, constantemente, o Ministério da Educação está a fazer, mas existem algumas áreas que também têm que ser melhoradas; o trabalho tem que ser melhorado na área do Ensino Profissional, onde não é feita uma abordagem que possa dar indicações de quais são as áreas que potencialmente têm mais viabilidade no nosso Concelho e também a nível da educação de pessoas que já saíram do sistema que, na nossa perspectiva, estamos numa fase de transição porquanto terminou o Ensino Recorrente e começou o Centro de Novas Oportunidades e Outras Ofertas Formativas mas também aqui devíamos ter uma visão do que é que pretendíamos para o nosso Concelho, independentemente das políticas, articulado com o Ministério da Educação.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “a Carta Educativa é, sem dúvida, um instrumento fundamental para a melhoria da qualidade do ensino no nosso Concelho e não podia deixar passar em branco todo este magnífico trabalho apresentado, da responsabilidade directa da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno; também direcciono elogios aos seus colaboradores e parceiros, que foram elementos fundamentais na elaboração deste processo.

Ouvi o elogio inicial do Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho e seguidamente ouvi falar, repetidamente, em melhoria, em correcção, em aprofundamento e fiquei baralhado se, efectivamente, a Carta Educativa está bem elaborada ou se não está. Quer dizer, inicialmente estava muito boa, posteriormente, baralhou-me um pouco porque por aquilo que entendi, e dentro das minhas limitações, ouvi muitos melhoramentos, muito aprofundamento, muita correcção e gostaria que o Prof. Fernando Martinho fosse um bocadinho mais preciso em relação àquilo que disse.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “gostaria de me congratular e sobretudo de deixar uma palavra de apreço para a equipa do Gabinete de Acção Social. Costumo dizer que o trabalho para sair bem é preciso

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

que tenhamos prazer no mesmo e esta equipa, como já foi dito, de Recursos Humanos da nossa Autarquia, trabalhou com o dever e o empenho que naturalmente lhe é devido, mas também com enorme prazer. Acho que o facto de serem os próprios recursos da Autarquia a elaborar este documento nos dá um maior conhecimento daquilo que é a Rede Escolar e de todas as outras áreas que a acompanham mas, acima de tudo e, porque aqui reforçamos que o mais importante são as pessoas, a todos os níveis, também no trabalho, gostaria de salientar que quando uma equipa trabalha com prazer e com gosto, empenha-se a 1000% e, naturalmente, que o resultado é um trabalho sempre inacabado, sempre com melhorias e actualizações a fazer no futuro, mas é, acima de tudo, um trabalho muito honesto, muito empenhado. Queria felicitar, em meu nome pessoal, e penso que, por aquilo que já ouvimos, em nome de todo o Executivo, a equipa que tive o gosto de coordenar e que trabalhou, no terreno, neste documento. Temos todos muito orgulho nestes Recursos Humanos e congratulo-me que este trabalho tenha sido reconhecido, não só aqui, mas também no Conselho Municipal de Educação.”

O Senhor Presidente referiu que: “na sequência de alguns comentários feitos, procurarei adiantar alguns esclarecimentos... concordo com a ideia de que este documento não é um produto final, terá que ser monitorizado e, uma vez aprovado, irá sê-lo!!!... pela mesma equipa, evidentemente procurando continuar a cruzar as estratégias nacional e municipal com a realidade factual, e a implementar as actualizações daí decorrentes.

Na questão do Ensino Profissional, o que acontece é que há uma série de respostas que, quer em termos do Agrupamento de Escolas na Escola Secundária, quer em termos do Instituto Pedro Hispano, quer a nível até de algumas IPSS's, quer a nível de outras Instituições, são uma resposta recente cuja nomenclatura nacional teve actualização igualmente recente... é preciso não esquecer que este é um processo desenvolvido em 2005/2006, e, portanto, é natural que haja uma não correspondência perfeitamente compreensível... observe-se também que há uma “parte” do trabalho que é desenvolvida com dados oriundos do Centro de Emprego, sobre o Distrito e sobre o Concelho, havendo ainda uma decomposição desses dados por sectores de actividade e dentro de cada sector, por ramos de actividade... É perfeitamente possível visualizar quais são os ramos de actividade que têm maior expressão no Distrito e no Concelho, agora, evidentemente que não há um trabalho direccionado para

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

isso, pois é preciso perceber que estamos numa Carta Educativa que pretende retratar, o melhor possível, a ambiência que se cruza a jusante e a montante com a Educação... afigura-se-me que se trata de uma excelente proposta mas, tal não nos inebria, não nos demite de reconhecer que, não obstante essa excelência, é perfeitamente possível, saudável e desejável, que possa e deva ser continuamente melhorada.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “aqueles que me conhecem, e felizmente todos me conhecem, reconhecerão, apesar das nossas diferenças ideológicas ou postura política, que na minha vida, a minha postura foi fazer críticas construtivas apresentando algumas alternativas que, na minha perspectiva, são aquelas que correspondem aos objectivos que pretendo alcançar para o Concelho, independente de serem válidas ou não. Se calhar, para mim, era muito mais cómodo chegar a casa, pôr isto tudo num canto, chegar aqui e não abrir a boca e votar sim ou não mas, infelizmente ou felizmente, na minha forma de estar na vida, quando acho que se pode introduzir melhorias, faço/digo porque penso que poderei contribuir com isso e também vos digo que, na minha modesta opinião, é às vezes do contraditório que nascem os caminhos para soluções mais adequadas e, portanto, quando falei que estava convencido que o trabalho árduo, que trabalharam muito, é porque considero como tal. Se disse que havia aspectos a melhorar é porque estou convencido que os há e permitam-me que nesta área também possa ter uma opinião um pouco mais apurada mas... dou um exemplo: relativamente ao Pré-Escolar, na Carta Educativa está uma análise perspectiva da evolução dos alunos do Pré-Escolar até 2008/2009. Aquilo que quero dizer é que ainda há bem pouco tempo o Senhor Primeiro-Ministro referiu isto como um objectivo do Governo, e que acredito que pode ser alcançado, que é alargar a oferta do Pré-Escolar em 50% nos três próximos anos. Isto também são condicionantes que devíamos ter em conta quando se elaboram este tipo de documentos e aquilo que estou a dizer é, provavelmente, se tivéssemos ido mais além, e não estou a dizer que tenhamos elementos para o fazer, conseguiríamos perspectivar melhor no futuro que tipo de equipamentos é que necessitaríamos para dar resposta a esta necessidade de alargamento do Pré-Escolar e mais, como é que isso se ia fazer, se vamos só fazer utilização da Rede do Pré-Escolar, da rede solidária, ou se vamos, por seu turno, incrementar e alargar a rede de oferta pública. Estou a dar um exemplo daquilo que acho que



## **24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006**

pode ser os contributos para melhorar um instrumento que, na nossa perspectiva, é fundamental. Quanto mais contributos melhor.

Não tivemos acesso, como a Senhora Vereadora teve, ao traço da Carta Educativa; tivemos acesso só ao índice, foi isso que nos foi dado aqui há algum tempo, mas este é um contributo que achávamos que podia ser importante, aquilo que estamos a dizer é: temos um instrumento óptimo, somos apologistas que haja este tipo de instrumentos que nos ajudem a planificar o futuro mas também somos apologistas que os instrumentos não são estáticos, são dinâmicos e, como tal, quando achamos que podemos opinar e dar a nossa opinião sobre este instrumento, fá-lo-emos, independentemente de podermos ser incómodos ou cómodos, isso pouco nos importa, é a nossa convicção, é a nossa consciência que fala e, portanto, fá-lo-emos sempre numa perspectiva positiva de intervenção e de melhoria tendo em vista as pessoas do nosso Concelho.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “questão do Pré-Escolar... Apresenta-se uma proposta até 2008/2009, considerando as crianças nascidas até 2005. A análise apresentada foi feita nessa base.”

O Senhor Presidente referiu que: “nestas coisas, como em tudo na vida, quando estamos no âmbito profissional não pode haver negligências nem inocências e a questão do Pré-Escolar é que nós temos um Concelho com uma excelente rede de cobertura, assente em diversos vectores. Por um lado, a rede pública do Ministério da Educação e, por outro lado, a rede da própria Acção Social... Nós temos que, de forma racional e articulada, aproveitar as boas respostas, seja qual for a sua origem, que já existem no Concelho... Portanto, importará compreender que não havia condições, do nosso ponto de vista, na actual ambiência, onde ainda persiste alguma indefinição, pelo menos operacional, para irmos mais longe, pois isso seria sermos mais papistas que o Papa...”

Não pretendo questionar a legitimidade das observações do Senhor Vereador, estou apenas a tentar sensibilizá-lo de que todas as observações que fez foram equacionadas, sendo que umas não foram contempladas por uma questão claramente de derrapagem temporal... outras porque esta proposta procurou assentar numa grande objectividade... e, nalgumas dessas áreas, afigura-se-nos, não é ainda possível ser-se muito objectivo.”

## **24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006**

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “a contradição incomoda-me um bocadinho porque, efectivamente, falou do esforço, do trabalho e depois fez uma série de comentários em relação a melhoramentos e aprofundamentos e a conclusão a que chego, e penso que seria muito mais correcto na minha opinião, dizer que este documento é um documento razoável, portanto, se tem lacunas, há que fazer melhoramentos e aprofundamentos.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Carta Educativa do Concelho de Soure.**

-----  
**Foi ainda deliberado submeter esta proposta à Assembleia Municipal.** -----

### **Ponto 4. URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

#### **. Bairro Pré-Fabricado**

#### **. Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada - 4.ª Fase - Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO

BAIRRO PRÉ-FABRICADO

DEMOLIÇÃO DE 1 CASA PRÉ-FABRICADA - 4.ª FASE

ADJUDICAÇÃO

Por despacho de 06.12.2006, foi decido recorrer à figura do **ajuste directo (sem consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

<b>Empresa</b>	<b>Valor</b>	<b>Prazo</b>
ANOG - de Albino Nunes Oliveira Guardado	1.375,00	10 Dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é igual ao estimado, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **ANOG - de Albino Nunes Oliveira Guardado**.

## **24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006**

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

### **Conclusão**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência previa** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empreitada à empresa **ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **1.375,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
20.12.2006

O Senhor Presidente referiu que: “propõe-se que se aprove ratificar o despacho de adjudicação da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos.”

**Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho de Adjudicação.**

-----

### **Ponto 5. SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

- . **Protocolo - ETAR de Figueiró do Campo**  
**- Município de Soure e a Águas do Mondego, S.A.**

O Senhor Presidente referiu que: “tenho vindo a afirmar que, o facto de não terem, até ao momento, surgido condições que consideremos socialmente relevantes para equacionarmos a possibilidade de podermos vir a integrar uma qualquer resposta colectiva em termos infraestruturais, não nos deve demitir de, caso a caso, procedermos a uma adequada apreciação/avaliação... Como é do nosso conhecimento, a dimensão subjacente ao investimento feito nesta Etar de Figueiró do Campo, fazia sentido na ambiência de uma Candidatura da Associação de Baixo Mondego e Gândaras ao Fundo de Coesão, que não se veio a concretizar. Com essa não concretização, houve Municípios que, de forma passiva, não procuraram antecipar uma resposta, antes entenderam aguardar pelo

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

“Sistema”. No Município de Soure assim não fizémos... avançámos, reorientámos, redireccionámos o investimento que inicialmente era para a Freguesia de Figueiró do Campo e algumas Freguesias do Concelho vizinho de Condeixa-a-Nova e “dirigimo-lo” para a Freguesia da Granja do Ulmeiro, deixando a “porta aberta”, se amanhã isso for entendido, também para a Freguesia de Alfarelos. O Concelho vizinho de Condeixa-a-Nova estava sem resposta e percebemos sempre que, das duas uma: ou acabaria por ser feito um investimento semelhante a 2/3 quilómetros, ou haveria que fazermos um acordo, que encontrarmos uma qualquer forma de entendimento com a Águas do Mondego, SA. Este entendimento não foi fácil nem rápido, dada a nossa “resistência” à solução mais desejada, que era a de passarmos a integrar o Sistema.

Por outro lado, também havia outro tipo de questões que se prendiam com a não consideração dos investimentos em algumas Estações Elevatórias que operacionalizavam a Etar, que eram considerados Rede em Baixa... o Engenheiro Mário Monteiro e o Técnico Evaristo Duarte tiveram um conjunto de reuniões com os técnicos de Águas do Mondego, SA; já este mês, eu próprio, participei numa reunião onde foi adiantado que só estaríamos disponíveis para discutir a proposta se as nossas condições fossem as mesmas dos demais Municípios utilizadores, ainda que accionistas da Águas do Mondego, SA e que isto não nos vinculasse a uma pré-integração com o que quer que fosse... por outro lado, sendo a ideia de haver compreensão e solidariedade da nossa parte, então dever-nos-ia ser garantido o reembolso da parcela de investimento custeada pelo Município de Soure... fosse preservada, ainda, a garantia de que o Município terá sempre resposta se “amanhã” houver necessidade de se estender a resposta à Freguesia de Alfarelos... questões estas que acabaram por, mesmo sem a concordância inicial do IRAR, ser vertidas nesta proposta de Protocolo. Quanto ao tipo de contrato, a base jurídica não foi desenvolvida por nós, mas sim pela entidade proponente.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “o nosso contrato não tem anexos... como referiu o anexo I e III... a questão é esta, quanto é que o Município vai ter que pagar para utilização da Etar? Qual é o prazo de vigência do contrato?”

## **24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006**

O Senhor Presidente referiu que: “o prazo de vigência seria o do prazo da concessão entre as Águas de Portugal e as Águas do Mondego, ou seja, 35 anos; como decorreram 2/3, seria de 33/ 32anos; daí as contas constantes no Anexo A. O Município cobraria aos Municípios de acordo com a sua tabela/tarifário e pagaria a Águas do Mondego por uma tabela com valores ligeiramente superiores, a tabela usada com os demais Municípios accionistas e utilizadores. Para além disso, o Município de Soure deixaria de custear as despesas em BT e BTE - Baixa Tensão e Baixa Tensão Especial -  $\approx$  2.000,00 euros/mês, relativas ao funcionamento da Etar... como se trata de um equipamento com alguma complexidade tecnológica, deixaríamos também de ter que recorrer a mão de obra especializada, contratação de serviços externos para acompanhamento do funcionamento da Etar ou à admissão de pessoal especializado naquele tipo de Etar's. A diferença que poderá vir a existir, de acordo com a estimativa apresentada pelos serviços, entre aquilo que viermos a cobrar aos cerca de 760 contratos com Municípios da Granja do Ulmeiro e aos  $\approx$  330, para já, de Figueiró do Campo, deverá ser a seguinte: deveremos receber destes nossos Municípios, qualquer coisa como 1.400/1.500,00 euros/mês, com as tarifas actuais, e teremos que pagar, nas condições dos demais utilizadores do sistema Águas do Mondego, pelos mesmos efluentes tratados, qualquer coisa como 1.500,00 euros a mais... porém, como atrás referimos deixaremos de pagar mensalmente, em Baixa Tensão, Baixa Tensão Especial e em Pessoal - despesas de funcionamento da Etar - um valor superior a essa diferença. Compreendo todas as dúvidas, eu próprio, evidentemente, não deixei de as colocar, afigurando-se-me, porém, que as contas são óbvias.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “óbvias para quem tem os elementos todos. O Senhor Presidente reconhecerá que se recebesse como nós, ou se tivesse os elementos que nós temos, que é um contrato onde não figuram, à parte do Anexo A onde fala sobre a renda anual que irá ser paga e os montantes envolvidos, quais são os custos que o Município tem ou não...”

O Senhor Presidente referiu que: “o Protocolo proposto diz claramente que é a Sociedade que vai “assumir” todas as despesas de funcionamento da Etar; assume que aquilo que cobrarão pelos efluentes tratados será exactamente o que decorrerá da taxa praticada com os restantes Municípios utilizadores, isto é,

## **24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006**

assegura-nos as mesmíssimas condições de acesso que a qualquer Município accionista das Águas do Mondego, SA.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “não ponho isso em causa, agora, leio a informação técnica que diz “ao Município de Soure será aplicada uma tarifa de tratamento dos efluentes igual à praticada pelos demais Municípios”, reconheço a minha ignorância mas eu não sei qual é essa taxa. Aquilo que estou a perguntar é qual é essa taxa? Este negócio é um negócio rentável para o Município? Sim ou não? Se o é, porque é que não concessionamos também as outras Etar’s? Isto são perguntas retóricas... são estes elementos, que não temos, que nos permitem verificar se, de facto, isto é ou não um bom negócio para a Câmara Municipal de Soure. É verdade que a Câmara já fez o investimento, bastante avultado... é verdade que se vai receber mais do que pagar tendo em consideração que há algumas despesas que não irá fazer, poderá ser um bom negócio, também depende do prazo de concessão, mas são esses elementos, que nós não temos, para, em consciência, podermos decidir, que nos fazem falta. Não faço ideia quanto é que o Município vai ter de pagar e também não está aqui escrito, portanto, são esses dados que são importantes que tivéssemos para podermos decidir...”

O Senhor Presidente referiu que: “primeira questão: o que é que o Município de Soure vai pagar? Nada, a não ser, naturalmente, o tratamento dos efluentes assegurado por esse equipamento... e vai pagar em que condições? Nas mesmíssimas condições dos Municípios accionistas.

O que é que o Município de Soure cobra aos Municípios? Exactamente o que decorre do tarifário municipal em vigor... pois não poderíamos ter Municípios a pagar tarifas diferentes...

Este equipamento foi projectado numa ambiência de uma Candidatura ao Fundo de Coesão e, por isso, tem uma dimensão que era para dois Concelhos... trata-se de uma questão que não significa um retrocesso, no nosso entendimento, que tem vigorado até aqui, de não adesão ao Sistema porque, quando muito, é um Protocolo de solidariedade com o Sistema, de racionalidade económica e/ou social, onde a Câmara Municipal de Soure não é prejudicada, sendo ressarcida de um investimento que, em circunstâncias normais, não teria que ter tido aquela dimensão, sendo que ou ele era apresentado naquele momento e a Candidatura aprovada, como aconteceu... ou não o teria sido e estaríamos como os outros

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

Concelhos estão... à espera do “Sistema”!!!... Portanto, esta questão não é um negócio, esta questão é um caso de exceção e politicamente cada um de nós terá o entendimento legítimo que entender.

Esta proposta não é, para nós, apenas e só um negócio... evidentemente, não somos inocentes, por isso foram feitos os cálculos que nos permitissem perceber onde é que este Protocolo nos levaria...”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “compreendo as suas palavras e a complexidade técnica de toda esta envolvência. O que eu perguntei, tão só, era isto: o investimento custou 1.500.000,00 euros; o Município participou com 900.000,00 euros. Aquilo que eu queria era que também nos fosse facultado o estudo que, eventualmente, os Técnicos da Câmara terão feito. Isto, durante 30 anos, tem um custo de amortização; nós vamos pagar tanto à empresa... vamos pagar, somos quase que intermediários... eu só queria saber qual é o deve e haver nesta operação. A questão é essa.”

O Senhor Presidente referiu que: “não foi feito um estudo económico propriamente dito, porque não se vislumbrou complexidade que o justificasse. Aliás, já vos foram referidos os valores estimados pelos serviços técnicos que permitem uma inequívoca avaliação comparativa. É tempo de nos deixarmos de refugiar em pseudo falta de estudos para justificarmos alguma falta de coragem para tomar posições.

A questão parece-nos clara: por um lado, a diferença entre o que iremos pagar ao Sistema Águas do Mondego e o que iremos receber dos Municípios, deverá ser inferior ao que deixaremos de custear/pagar com a manutenção/funcionamento da Etar. Por outro lado, no que toca ao custeio do investimento realizado, iremos ser ressarcidos  $\approx$  no valor da parte paga, não participada.

Importará ainda observar, que não ficaremos vinculados a qualquer “entrada forçada”... que, neste caso, se trata também de uma opção assente numa perspectiva de racionalidade económica/social, pois consideramos preferível um acordo solidário que não prejudique o Município de Soure, do que a adopção de uma atitude, de uma postura “fechada”, do tipo “não queremos dialogar, o problema é vosso, façam aí uma coisa ao lado...”

Com todas estas salvaguardas, proponho que se aprove esta proposta de Protocolo.”

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de  
Protocolo. -----**

**Foi ainda deliberado submeter esta proposta à Assembleia  
Municipal. -----**

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho, fez a seguinte Declaração de Voto: “não obstante considerarmos que haviam alguns elementos que nos faltavam para, em consciência, votar esta proposta, fizemo-lo no interesse do Município, fazendo fé nos valores e nas considerações técnicas que Vossa Excelência proferiu e que, certamente, ficarão em acta.”

### **Ponto 6. PROTECÇÃO CIVIL**

#### **. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI**

O Senhor Presidente referiu que: “penso que vos foi distribuída a acta da reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que teve lugar a 27 de Dezembro. Nela foi aprovada a Proposta de Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, sendo que a mesma, nos termos da legislação aplicável, foi enviada à Direcção-Geral de Recursos Florestais que é quem tem competência para aprovar este tipo de propostas.

Esta é uma daquelas situações em que não estando prevista a intervenção legal, em termos de apreciação/aprovação por parte dos órgãos municipais, embora o Presidente da Câmara seja, por inerência, o Presidente da Comissão Municipal, foi entendido que este assunto deveria ser incluído na Ordem de Trabalhos para conhecimento e para tornar possível uma visualização daquilo que também parece ser uma excelente Proposta... esta adjetivação assenta na capacidade e no conhecimento das técnicas envolvidas na sua elaboração e também na opinião “avalizada”, adiantada pelo representante da Direcção-Geral de Recursos Florestais... dizer-vos, ainda, que esta proposta de Plano está em consonância com aquilo que é a Proposta de Plano Plurianual de Investimentos, no que diz respeito à Protecção Civil, e dentro da Protecção Civil, à Defesa da Floresta Contra Incêndios.”



## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

As Técnicas afectas ao Gabinete Técnico Florestal procederam à apresentação da proposta de Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em suporte informático.

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “não estamos aqui para uma atitude destrutiva mas, na nossa perspectiva, construtiva e não podemos deixar de dizer que, de facto, o trabalho que este Gabinete desenvolveu foi muito interessante, muito aturado, um trabalho necessário, porquanto, como todos sabemos, este é um flagelo que continua a assolar as nossas terras e minimizar/prevenir é a melhor solução para este tipo de problemas que ainda continuam a ser muito gravosos.

Deixo também uma nota, pode não parecer muito prático a utilização de CD-ROM's mas quero dizer que esse deve ser o caminho, que devemos aprofundar esta permuta de informação nestes suportes porque é mais ecológico e porque nos facilita também o manuseamento de documentos, portanto, de facto, tivemos duas inovações, a Carta Educativa e o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios em suporte informático. O nosso apelo é que seja incrementada a utilização destas novas tecnologias porque senão andamos sempre com resmas de papel atrás, o que não é muito prático.

Quando falámos sobre a Carta Educativa, fiz algumas observações, também porque alguns dos elementos constantes na Carta Educativa nos foram chegando aos poucos, não foi todo de uma vez. Este Plano, por exemplo, quando chegou em CD-ROM, já trazia todas as etapas bem definidas: o cronograma, as implicações financeiras que ele tinha e, portanto, acho que estava mais acessível para uma análise do que propriamente o outro que fomos recebendo durante 3/4 dias, o que, de facto, nos perturba, de toda a forma, digo mais uma vez, os parabéns à equipa que elaborou este Plano que era fundamental e que, finalmente, aparece.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “relativamente a este Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, congratulo-me também com a sua apresentação e dou também os parabéns à equipa. Consta do Programa de Acção, e bem, acções de sensibilização, designadamente para as Escolas e fica aqui, desde já, o compromisso de, em Sede de Agrupamento, Assembleia de Escola ou Conselho Municipal de Educação, propor às Escolas a promoção de projectos que venham ao encontro deste Programa de Acção e



## **24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006**

(Marcus Tralhão, Dr.)  
27.12.2006

**Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do presente auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----**

### **Ponto 8. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**

- . CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E DAS ÁGUAS RESIDUAIS
- . **Sistemas Público e Privado**
- . **Consulta Prévia**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E DAS ÁGUAS RESIDUAIS  
SISTEMAS PÚBLICO E PRIVADO  
ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO

Compete à entidade gestora o controlo da qualidade da água dos sistemas de abastecimento público com vista à demonstração da sua conformidade com os parâmetros definidos por lei (n.º 2 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 05.09), bem como efectuar o controlo da qualidade das águas residuais provenientes das ETAR's (Decreto-Lei n.º 152/97, de 19.06, com a redacção dada pelos Decretos-Leis n.ºs 348/98, de 11.09 e 149/2004, de 22.06).

Por outro lado, à semelhança de anos anteriores, sugerimos que o Município continue a proceder ao controle da água para consumo humano proveniente do único sistema particular em funcionamento, o do Cercal, cuja entidade gestora, para efeitos do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5.09, é a cooperativa de Águas do Cercal.

Dada a falta de meios técnicos, à semelhança dos anos anteriores, sugerimos o recurso a uma entidade externa com vista à prestação dos serviços em causa.

A presente proposta está de acordo com o programa de controlo da qualidade submetido ao IRAR - Instituto Regulador de Águas e Resíduos nos termos das alíneas a) do n.º 1 do art. 8.º do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 05.09, pelo que mereceu a aprovação deste Instituto.

Foram submetidos a parecer do Delegado Concelhio de Saúde, para efeitos do disposto no n.º 3 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 05.09, os mapas em anexo a esta informação, relativos à localização dos pontos de amostragem e das frequências mínimos de amostragem e de análise, tendo o mesmo emitido parecer favorável.

Deste modo, com vista ao fornecimento dos serviços acima referidos, proponho a V. Exa. aprovação dos seguintes pontos:

## **24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006**

### **1. Escolha do Procedimento Prévio:**

Com vista ao fornecimento dos serviços em causa sugiro a adopção da modalidade **consulta prévia**, uma vez que o valor estimado para o fornecimento é de **31.750,00 euros** (30.620,00 euros para os sistemas públicos e 1.130,00 euros para o sistema privado), superior a **24.939,89 euros** e inferior a **49.879,79 euros** - cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06 -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** - cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06 -.

### **2. Entidades a Consultar**

De acordo com o estabelecido na referida alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06, e tendo em conta os procedimentos anteriores, sugerimos que seja consultado as seguintes empresas:

- CITEVE - Centro Tecnológico das Industrial Têxtil e do Vestuário de Portugal;
- LUSAGUA- Gestão de Águas, SA;
- Inst. de Higiene e Medicina Legal - Lab. de Microbiologia de Águas - Fac. de Medicina - Universidade de Coimbra;
- Laboratório Tomaz - Análises Clínicas, Lda;
- CESAB - Centro de Serviços do Ambiente;
- AEMITEQ - Associação para a Inovação Tecnológica e Qualidade.

### **3. Comissão**

Nos termos do art. 155.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06, sugerimos a constituição de uma comissão composta pelos seguintes elementos:

- 1. Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
- 2. Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente;
- 3. Vogal:** Evaristo Duarte

Suplente; Cristina Madeira, Eng.ª.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
13.12.2006

O Senhor Presidente referiu que: “propõe-se que se aprove ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente Santos Mota, que autorizou o desenvolvimento deste processo, de acordo com a informação técnica dos serviços.”

**24.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Dezembro de 2006**

**Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-  
Presidente Santos Mota.**

-----

**Ponto 9. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006  
. Apreciação de Propostas de Alteração - 12.<sup>a</sup>/12.<sup>a</sup> -**

**Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3)  
abstenções, aprovar as propostas de alteração - 12.<sup>a</sup>/12.<sup>a</sup> -.**

-----

**Ponto 10. APRECIÇÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E  
DO ORÇAMENTO, PARA O ANO DE 2007**

O Senhor Presidente referiu que: “sobre a proposta de Orçamento, adiantar-vos-ia que este exercício de previsão apresenta, mais uma vez, três balizas subjacentes. Uma primeira baliza é a da consciência social, de sempre... no capítulo das receitas, com uma evolução tarifária onde é perfeitamente evidente, indiscutível essa consciência social. Outra baliza é a da transparência, também habitual. Foi determinado aos serviços que observassem todas as regras previsionais, que usassem de todo o rigor técnico possível...

Uma outra baliza é a do pragmatismo. É evidente que este exercício de previsão ocorre numa ambiência macroeconómica de contenção e num período de transição entre Quadros Comunitários de Apoio, com uma indefinição ainda muito significativa.

Devo, no entanto, procurar complementar estas balizas com algumas constatações: esta proposta é, em termos quantitativos, semelhante, senão mesmo inferior, à apresentada para 2005, se lhe subtrairmos o empréstimo, que agora está lá porque está aprovado e por utilizar, e a receita decorrente do Protocolo que aprovámos para a Etar de Figueiró do Campo... isto é, se fizermos este simples exercício, subtraindo estas duas receitas previstas, resulta evidente a tal ambiência macroeconómica de contenção.

Outra constatação é que deverá continuar a verificar-se auto-suficiência orçamental. Observe-se que continuará a haver um conjunto de despesas correntes que são contabilisticamente correntes mas são de investimento, que são do vosso conhecimento e têm peso significativo. Por outro lado, continua,

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

não obstante esta ambiência difícil, a ser uma proposta de Orçamento onde é visível que se mantém uma aposta na descentralização, uma aposta nas parcerias bastando olhar para os montantes previstos nas transferências correntes e nas transferências de capital.

Nunca podemos falar de uma proposta de Plano Plurianual de Investimentos de forma separada ou dissociada do Orçamento porque o Orçamento é um exercício de previsão que engloba o exercício de previsão feito para o Plano Plurianual de Investimentos, mais aquele conjunto de despesas que não têm relevância para figurar em Plano Plurianual de Investimentos ou que são despesas de funcionamento. Esta é uma proposta de Plano participada, da base para cima... colhemos informações junto dos Autarcas das doze Freguesias e dos Autarcas que estão em órgãos municipais, que entenderam querer colaborar na preparação desta proposta... colhemos a necessária e adequada colaboração dos técnicos, designadamente na área da Rede Viária, nas do Abastecimento Público de Água e do Saneamento Básico...

Vertemos em domínios como a Educação, a Protecção Civil, aquilo que são já as apostas constantes de elementos balizadores do que deverão ser os caminhos que iremos trilhar nos próximos anos e é, como não poderia deixar de ser, também uma proposta de continuidade coerente!!!... desaparecem iniciativas, mas aparecem novas iniciativas e, curiosamente, o facto de termos uma ambiência macroeconómica de contenção, não nos impediu de acompanhar o evoluir dos tempos. Este é um documento estratégico não é um documento conjuntural, não há praticamente nenhuma área de intervenção, em termos de investimento municipal, que não contenha novas apostas, novos sinais políticos, novas soluções para novos problemas... é uma proposta que vem de encontro àquilo que é não apenas a estratégia nacional mas a estratégia europeia... na Era da Coesão, da Competitividade e da Cooperação.

Há muito tempo que nós cooperamos, que utilizamos a parceria como instrumento de afirmar a eficácia estratégica; há muito tempo que dizemos que queremos um Concelho cada vez mais homogéneo, menos assimétrico e consolidamos e desenvolvemos a coesão concelhia; há muito tempo que naquilo que fazemos procuramos fazer bem e, com isso, dar mostras de saudável ambição em termos de competitividade e, portanto, esta é uma proposta que está claramente dirigida a estes três C's...

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

Mantém-se aqui nesta proposta, apesar de tudo, também a preocupação habitual de duplo equilíbrio nos investimentos previstos, nas diferentes áreas funcionais, mas também no espaço, que é o Concelho.

Não é possível promover o desenvolvimento sem equilíbrio espacial, sem equilíbrio funcional!!!... há sinais políticos muito claros... Uns evidenciam as apostas de forma objectivada, outros evidenciam que há ainda indefinições quanto ao trabalho e o caminho a prosseguir, sendo que estão lá as apostas, mas não quantificadas, porque a indefinição estratégica reinante ainda não nos permite fazê-lo.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “falar sobre este documento é algo complexo. São dois documentos que se cruzam, que se complementam.

Começava por analisar o Plano que nos é proposto e fiz um levantamento do Orçamento, do valor dos investimentos nas rubricas que são apresentadas, desde a Educação até aos serviços municipais, nós fizemos um levantamento desde 2001 a 2007 e isto permite leituras muito interessantes. Podemos analisar e comparar este quadro que nos é apresentado em relação a 2005 e verificamos que a Educação sobe, continua a ter mais investimento, portanto, tem um investimento superior em valores absolutos e em valores percentuais; continua a subir para o próximo ano. Temos a Habitação, Urbanismo e Urbanização a aumentar também consideravelmente. No caso da Acção Social, é influenciado porque se formos ao desdobramento das contas, verificamos que a justificação está lá, a nossa Candidatura ao PROHABITA é um forte investimento na Acção Social. Eu diria o seguinte: este Plano que nos é apresentado reforça áreas onde tem havido investimento, e não pode deixar de o haver e estou a falar em Saneamento, Protecção Civil, Desenvolvimento Económico. Por outro lado, aposta em áreas que são novas e que eu consideraria estratégicas e nestas áreas novas conseguimos fazer algo que considero muito positivo, é, por um lado, termos uma visão interna da Autarquia e apostarmos na formação, na qualificação virada para uma resposta cada vez melhor dos nossos funcionários ao serviço que prestam/desenvolvem, melhorando a imagem da própria Autarquia mas, acima de tudo, aumentando a eficácia, a eficiência dos nossos recursos humanos, dos nossos serviços, modernizando estes mesmos serviços porque, como eu dizia há pouco, estes funcionários merecem-no. A Câmara Municipal está a fazer, e vai fazer, um esforço muito grande neste investimento,

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

estou a falar no objectivo 11 - serviços municipais. Sabendo nós que esta é uma Candidatura da Câmara Municipal, portanto, mesmo com co-financiamento do Estado ela é assumida por nós e é um desafio que vamos ter que sustentar financeiramente, portanto, é uma grande aposta da Autarquia nos seus trabalhadores, nos seus recursos humanos e, sendo interna, também tem o objectivo de projecção ao exterior.

Gostaria também de referir uma outra questão que tem a ver com Acção Social e o valor que apresenta. Ela apresentava um valor de 228.600,00 euros no ano anterior e passa para 575.000,00 euros, tem um aumento de 151,07% e isto tem a ver com a Candidatura ao PROHABITA. É uma consequência da sensibilidade que este Executivo tem aos problemas sociais do Concelho, que são reconhecidos por todos nós, independentemente da área política que estejamos a representar. A Autarquia está a dar uma resposta social à população mais carenciada, e estou a falar da Habitação Social; ela é muito mais do que uma resposta de Habitação Social e às necessidades porque vai ser cruzada com uma resposta para as necessidades de Habitação Social, uma resposta ao Património, de recuperação de Património e também uma resposta ao Urbanismo. É bom também aqui dizermos que 50% deste valor é da responsabilidade da Autarquia, 50% é financiado pelo INH, portanto, diria que na conjuntura em que vivemos actualmente, com o Governo que temos, em que cada vez descentralizam mais competências para as Autarquias não descentralizando meios financeiros para os concretizar, acho, e assumo, que é um acto de coragem e apresentar, neste Orçamento, investimentos deste valor e apostas em áreas que são as Autarquias que dão resposta quando deveria ser o Poder Central a apoiar mais e a dar essa resposta.

Gostaria de dizer que em relação às outras contas, os outros objectivos, pelo facto de eles apresentarem um menor investimento em relação aos outros anos, provavelmente não é porque se olhe menos para eles, porque muitos dos investimentos já foram feitos e haverá menos necessidade deles, há que ter cautela também com a manutenção de muitos dos investimentos que foram feitos, e estou-me a lembrar das Etar's ou de outros investimentos que a Autarquia já fez.

Na área da Educação tenho que me congratular com a aposta na construção de Centros Escolares, que são uma boa resposta para as necessidades que temos.

Passaria agora para a análise de um documento resumo que tem a ver com o Orçamento da receita e da despesa. Estou a falar de um outro quadro, de uma



## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

outra natureza... os valores são os que aqui temos. Se analisarmos e compararmos o valor das receitas correntes e o valor das despesas correntes, conta a conta, verificamos que há um acréscimo na conta Pessoal de 12,4%. Queria salientar que houve um esforço, por parte da Autarquia, na sensibilização do trabalho extraordinário, porque nalguns sectores não é possível reduzir, eu própria tomei consciência disso, mas penso que devemos continuar a fazer uma aposta e uma sensibilização noutros onde, provavelmente, é possível fazê-lo. A análise dos quadros destas horas também nos permite verificar o seguinte: o que nós pagamos de horas extraordinárias dá, efectivamente, para contratarmos mais pessoal, porque temos necessidade de pessoas. Nalgumas áreas temos deficiência, e estou a falar, por exemplo, ao nível da fiscalização porque cada vez são mais as áreas onde a Câmara Municipal intervém e temos os mesmos recursos humanos. É impossível chegarem a todo o lado e depois sobra para a Autarquia aquilo que é de menos bom, que não houve fiscalização, não foi suficiente...

Sobre as receitas correntes vimos que, efectivamente, elas financiam as despesas embora eu creia, e quero acreditar que ainda é possível conter alguma despesa que aqui está. Outra não, não serão pois tem carácter de despesa fixa mas, efectivamente, aquilo que estamos a prever é que a receita corrente cubra a despesa corrente e, como o Senhor Presidente de Câmara diz, vai ainda permitir financiar alguma da despesa de capital porque verificamos que são superiores. Estas são as considerações que tenho sobre os documentos que nos são apresentados, portanto, penso que é um Plano muito positivo e muito arrojado no momento que atravessamos.”

O Senhor Presidente referiu que: “não tenho por hábito apresentar a proposta de Plano começando por fazer uma referência específica ao investimento previsto em cada uma das áreas funcionais... não o tenho feito porque continuo a defender a ideia de que o desenvolvimento, a melhoria do bem estar colectivo, por maior que seja o significado económico deste ou daquele investimento naquela área, deve resultar sempre de um conjunto integrado de investimentos e, portanto, tenho sempre alguma dificuldade em destacar este ou aquele. Evidentemente que percebo que se possa referir que com a Candidatura ao ProHABITA, com as Candidaturas aprovadas no Programa PARES e os apoios ao investimento que daí resultarão, será uma inevitabilidade uma mais evidente aposta na Acção Social, que se irá traduzir numa melhoria significativa em

## **24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006**

termos de resposta social e urbana... acima de tudo, alertar-vos para isto: compreendo a tentação de fazer esta comparação, entre o Plano aprovado para 2006 e o Plano proposto para 2007, entre o Orçamento aprovado para 2006 e o Orçamento proposto para 2007... porém, a metodologia mais correcta na comparação de diferentes exercícios deverá assentar nas Contas de Gerência, pois os instrumentos de previsão aprovados, Planos e Orçamentos, nem sempre vêm a ter o mesmo grau de execução. Por exemplo, em matéria de pessoal aquilo que importa comparar é o resultado deste ano com o que estamos a prever para o ano que vem, sendo que não podemos perder de vista que, neste momento, em termos de despesas com o pessoal e em termos de endividamento autárquico, o controle e a avaliação que são feitos pelas Direcções Gerais tratam de forma “cega” todos os Municípios... O que é que isto quer dizer? Por exemplo, este ano, no final de cada trimestre, o Departamento Administrativo e Financeiro tem vindo a enviar para a Direcção-Geral do Orçamento e para a Direcção-Geral das Autarquias Locais todos os elementos relativos ao Endividamento e às Despesas com o Pessoal, de acordo com formulários específicos decorrentes da ambiência legal aplicável. Quanto às despesas com pessoal, em cada ano, estas despesas têm que ser sempre inferiores às despesas com pessoal do ano anterior, acrescidas dos aumentos justificados... por exemplo, os encargos patronais aumentaram de 10% para 11%... Portanto, tudo aquilo que sejam aumentos justificados, crescem às despesas do pessoal do ano anterior, sendo que as despesas com pessoal do ano em curso têm que ser sempre inferiores a esse somatório... isto significa, implica, que mesmo em termos de admissão de pessoal, ela deverá ser compensada com saídas, devido a transferências e/ou reformas, isto é, em termos de despesas com o pessoal, mais do que aquilo que dizemos ou escrevemos, é a Direcção-Geral das Autarquias Locais que, trimestre a trimestre, faz o controle decorrente da lei...”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos continuou, dizendo: “a resposta que me deu foi global, não é a resposta para mim... penso que esta Autarquia, com as áreas e os desafios que tem, necessita, obrigatoriamente, de técnicos especializados.”

O Senhor Presidente voltou a usar da palavra, dizendo: “nas despesas correntes importa fazer um esclarecimento adicional. É preciso lembrar que temos vindo a fazer uma recuperação significativa na regularização de contas com a EDP. Os

## **24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006**

valores relevados em despesas correntes, com a EDP, nos últimos anos, não são apenas os do ano, são os do ano e os da regularização em curso... aliás, apreciação semelhante deverá ser feita quanto aos pagamentos à ADSE.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “na sequência daquilo que acabou de ser dito, efectivamente, este Plano aposta, como aliás os últimos Planos, cada vez mais nas áreas sociais, a Educação, Cultura, Acção Social, Recursos Humanos, uma aposta muito forte numa melhor prestação de serviços e penso que isso evidencia o forte investimento anterior desta Autarquia ao nível das infra-estruturas básicas. Esse é um caminho que já está feito; naturalmente, vai sendo melhorado e estamos no caminho de uma maior qualidade de vida dos Municípios de Soure. Consequentemente, isso faz com que o Concelho de Soure seja um Concelho com uma maior capacidade de atracção para novos habitantes. Quando apostamos, cada vez mais, nas áreas sociais, oferecemos uma cada vez maior qualidade de vida e, portanto, penso que isso faz deste Plano um Plano extremamente positivo.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “em relação ao Plano, mais uma vez, e já era de esperar, sendo o Senhor Presidente um especialista nesta área, é um Plano muito bem elaborado, com bastante rigor e com o realismo total no contexto económico em que vivemos. Todos nós, e em particular o Senhor Presidente de Câmara, gostaríamos de ter muito mais recursos para ter um Plano ainda mais ambicioso, sem demagogias... tenhamos os pés bem assentes no chão.

Este Plano dá continuidade, de uma forma gradual, a um aumento nas áreas sociais, havendo uma redução gradual nas infra-estruturas mas nunca perdendo de vista algumas necessidades existentes.

O Orçamento, como todos nós sabemos, é um instrumento de previsão, em que estão subjacentes todas as regras legais. É um Orçamento bastante claro, com sentido de justiça e equilíbrio social.

Em suma, e tendo em conta todas as condicionantes existentes, é um Plano ambicioso e visando, sendo essa a preocupação central, a melhoria da qualidade da população do nosso Concelho.”

**Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS e CDU e três (3) votos contra dos**

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

**Senhores Vereadores eleitos pelo PSD, aprovar as propostas apresentadas pelo Senhor Presidente. -----**

**Foi ainda deliberado submeter estas propostas à Assembleia Municipal. -----**

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho fez a seguinte Declaração de Voto: “como vossa excelência repetidamente tem dito, vivemos no Município e no País, momentos de reconhecida contenção. Costuma vossa excelência referir que não somos uma “ilha” no panorama nacional; reconhecemos que o ano que se aproxima será particularmente difícil para o Plano e Orçamento do Município e, provavelmente, para a maioria PS-CDU que a suporta.

Sabemos que este é um ano de transição de dois Quadros Comunitários e, simultaneamente, mais um ano de pagamento de obras realizadas ou finalizadas em ano eleitoral. Compreendemos mas não podemos deixar de considerar que o desenvolvimento do Concelho não se compactua com adiamentos ou protelamentos de decisões estratégicas de acções concretas.

A proposta de Plano e Orçamento que vossa excelência apresenta corresponde às expectativas da maioria que vossa excelência lidera mas fica, com certeza, aquém daquilo que o Município necessita e exige. Perante esta proposta de Plano e Orçamento, só nos restavam três alternativas: apresentar um Plano e Orçamento completamente novo, mais ambicioso, exequível e que desse resposta às necessidades do Município tendo em vista um desenvolvimento assente numa estratégia clara e partilhada, situação que nos parece inviável já que entendemos que a sua equipa não se reveria nesse documento e não estaria para gerir a Câmara nessas condições; apresentar propostas avulsas que pudessem ser integradas no Plano e Orçamento que agora analisámos, que estaria longe de satisfazer os nossos anseios e como vossa excelência costuma dizer, desvirtuaria o Orçamento da maioria, o que, no nosso entender, seria um alibi para justificar insucessos futuros. Não sendo então possível executarmos aquele que achamos que seria o Plano e o Orçamento que correspondia cabalmente aos anseios das populações e necessidades do Município, e não nos revendo na proposta que a maioria PS-CDU, liderada por vossa excelência, apresenta, só nos resta uma terceira alternativa, votar contra.”

O Senhor Presidente fez a seguinte Declaração de Voto: “voto favoravelmente a proposta que subscrevi porque estou convicto que a mesma se irá revelar como

## ***24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006***

mais um eficaz contributo para a continuação do desenvolvimento do Concelho, isto é, com esta proposta continuaremos a acompanhar os novos tempos e a procurar dar novas respostas aos novos problemas.

Observo, também, que a apreciação destas propostas de Plano Plurianual de Investimentos e de Orçamento nos trouxe uma novidade ao debate político!!!... a fuga, através do recurso a uma apreciação não rebatível, no âmbito de uma Declaração de Voto, brilhantemente exemplificada pelos Vereadores eleitos pelo PSD.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos fez a seguinte Declaração de Voto: “em nome da CDU, gostaria de justificar o sentido de voto favorável a estes dois documentos que nos foram apresentados por pensar, e fazendo parte deste Executivo, que no actual contexto, ele aponta para investimentos e caminhos que são os possíveis na actual conjuntura com as dificuldades que todos conhecemos para, efectivamente, contribuir para a melhoria da qualidade de vida do nosso Concelho.

Também gostaria de afirmar que penso que não será, e que não é, não são os documentos óptimos, se calhar são impossíveis, são os possíveis no contexto actual. Como tal, a CDU votou favoravelmente.”

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Município José Augusto Coelho Nunes interveio dizendo: “sou produtor/vendedor de produtos agrícolas, residente no Marco de Samuel, e vendo no Mercado Municipal, na parte do telheiro, desde a sua abertura. Tenho um lugar habitual de venda que criei expectativa de que fosse meu, dado os muitos anos que ali vendo, tal como os outros produtores/vendedores têm o seu lugar, e há já quatro semanas que os cobradores de bilhetes de terrados não me fazem a cobrança. Como desde o dia 30 de Outubro, a D.ª Lucinda e o marido, o Senhor Serôdeo, que foi cabo da GNR cá em Soure, com a participação dos cobradores de bilhetes me têm tentado retirar do meu lugar habitual de venda a seu favor e os cobradores de bilhetes os têm favorecido, permitindo que eles se instalem para além do seu lugar habitual de venda também nos corredores de acesso dos compradores aos vendedores impossibilitando-me de exercer o meu direito de venda.

## **24.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Dezembro de 2006**

A D.<sup>a</sup> Lucinda ocupava inicialmente 3,30m<sup>2</sup> depois foi-lhe dado, segundo ela diz, pelo cobrador de bilhetes, Senhor Adriano, mais 1,17m<sup>2</sup> e ocupa um espaço que diz que é da mãe mas que ela faz lá a sua venda de produtos, perfazendo uma área total de 6,67m<sup>2</sup>. Eu ocupo um espaço debaixo do telheiro de 1,35m<sup>2</sup> e que mo querem retirar a favor da D.<sup>a</sup> Lucinda. Já requeri, ao Senhor Presidente da Câmara, que me fosse concedido mais 1,17m<sup>2</sup> que é contínuo ao meu lugar. Não quero ser discriminado.

O Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento do meu caso porque lhe tenho dado informação das ocorrências que julgo mais importantes.

Tenho tido várias ameaças e não só.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “tratam-se de questões que não tenho acompanhado directamente, pois, como é natural, não é possível que tudo tenha que passar pela presidência.

De qualquer forma, aproveito para lhe dizer que tenho a maior confiança naqueles que estarão a “acompanhar” as questões levantadas e que não deverá ocorrer qualquer tipo de discriminação... a nossa postura procura assentar sempre no cumprimento da ambiência legal aplicável, com equilíbrio e igual tratamento.

Estou certo que os processos estarão a decorrer e que, naturalmente, irá ser informado em conformidade.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “o munícipe José Augusto Coelho Nunes tem feito chegar aos serviços da Câmara, várias cartas que versam sobre este assunto. Neste momento toda a situação está a ser tratada pelo nosso jurista Dr. Edgar Domingues. Quando houver conclusão do processo, certamente que o munícipe terá conhecimento:”